

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 788.531 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
AGDO.(A/S)	: MARIA DEALTINA PEREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GUSTAVO PALMA SILVA
ADV.(A/S)	: STEPHANY SAGAZ PEREIRA E OUTRO(A/S)

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AÇÃO RESCISÓRIA. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. DESCABIMENTO.

1. A controvérsia quanto à existência de pressupostos de admissibilidade da ação rescisória caracteriza discussão de índole infraconstitucional.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 788.531 SANTA CATARINA

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS
AGDO.(A/S)	: MARIA DEALTINA PEREIRA E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: GUSTAVO PALMA SILVA
ADV.(A/S)	: STEPHANY SAGAZ PEREIRA E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. Trata-se de agravo regimental cujo objeto é decisão que negou seguimento ao agravo, tendo em vista estar correta a decisão do Tribunal de origem que inadmitiu o recurso extraordinário (art. 544, § 4º, II, *a*, do CPC), sob os seguintes fundamentos: (i) incidência, no caso, das Súmulas 282 e 356/STF; e (ii) existência de ofensa reflexa à Constituição.

2. A parte agravante sustenta que os dispositivos constitucionais alegados como violados foram devidamente prequestionados e que a controvérsia debatida nestes autos é de índole constitucional.

3. É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 788.531 SANTA CATARINA

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR):

1. O recurso não deve ser provido, tendo em vista que a parte recorrente não trouxe novos argumentos suficientes para modificar a decisão ora agravada.

2. O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, com base na análise da legislação infraconstitucional, entendeu que a mudança de jurisprudência a respeito da matéria tratada no acórdão rescindendo, não configura literal violação de lei exigida pelo inc. V do art. 485 do CPC. Confira-se trecho do voto condutor do acórdão recorrido:

“Com efeito, o *decisum* increpado não reconheceu a prescrição do fundo de direito consoante a interpretação jurisprudencial da época (fls. 259 e 260), entendendo haver prestações de trato sucessivo (renováveis a cada mês), o que, nem de longe, caracteriza afronta a literal disposição de lei, conforme exigido pelo art. 485, inc. V, do Código de Processo Civil para o manejo exitoso de ação rescisória.”

3. Como assentado na decisão ora atacada, a controvérsia dos autos foi solucionada pelo Tribunal de origem com base na análise da legislação infraconstitucional, o que afasta o cabimento do recurso extraordinário.

4. Nessa linha e em casos análogos, vejam-se: ARE 783.567/SC, Rel. Min. Gilmar Mendes, e ARE 784.967/SC, julgado sob a relatoria da Ministra Cármen Lúcia, este último assim ementado:

ARE 788531 AGR / SC

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. PRESSUPOSTOS DE CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA: AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA. PRECEDENTES. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL: SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. AGRAVO AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO.”

5. Diante do exposto, nego provimento ao agravo regimental.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 788.531

PROCED. : SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

AGDO.(A/S) : MARIA DEALTINA PEREIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : GUSTAVO PALMA SILVA

ADV.(A/S) : STEPHANY SAGAZ PEREIRA E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Unânime. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma